

**DAS MISSÕES HUMANITÁRIAS AO GOVERNO: AS FORÇAS ARMADAS E SUAS
CONEXÕES POLÍTICAS**

***DE LAS MISIONES HUMANITARIAS AL GOBIERNO: LAS FUERZAS ARMADAS Y
SUS CONEXIONES POLÍTICAS EN BRASIL***

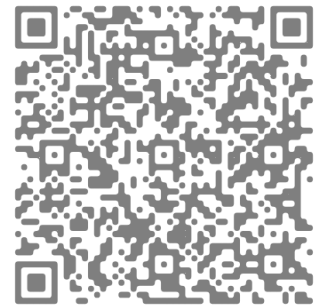
***FROM HUMANITARIAN MISSIONS TO GOVERNMENT: THE ARMED FORCES
AND THEIR POLITICAL CONNECTIONS IN BRAZIL***



Gilmara Gomes da Silva SARMENTO¹
e-mail: gilmarasarmento@hotmail.com

Como referenciar este artigo:

SARMENTO, G. G. S. Das missões humanitárias ao governo: As Forças Armadas e suas conexões políticas. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, São Carlos, v. 32, n. esp. 2, e023016, 2023. e-ISSN: 2236-0107. DOI: <https://doi.org/10.14244/tp.v32iesp.2.1005>



| **Submetido em:** 08/05/2023
| **Revisões requeridas em:** 29/08/2023
| **Aprovado em:** 19/10/2023
| **Publicado em:** 05/12/2023

Editora: Profa. Dra. Simone Diniz
Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade Federal de Roraima (UFRR), Boa Vista – RR – Brasil. Pós-Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras.

RESUMO: O artigo ora apresentado, pretende contribuir para o debate sobre a presença militar na política, enfocando o protagonismo das Forças Armadas nas missões humanitárias e suas conexões com a política. Para tanto, utilizo como fonte e objeto de análise jornais online e o material empírico da pesquisa de campo realizada entre 2018-2020, em diálogo com a bibliografia. Pretende-se discutir como a “Missão de Paz” no Haiti (2004 - 2017) e a “Operação Acolhida” em Roraima (2018-atual), confluem e/ou se inserem nos objetivos estratégicos de controle político das Forças Armadas. Tais missões ampliaram os recursos econômicos, sociais e simbólicos da corporação e de seus agentes que convertidos em capital político, se expressam na ocupação de cargos chave por militares integrantes dessas missões no atual governo e da ascensão desses atores a cargos de representação política.

PALAVRAS-CHAVE: Missões Humanitárias. Forças Armadas. Política.

RESUMEN: *El artículo aquí presentado, pretende contribuir al debate sobre la presencia militar en la política, enfocando el protagonismo de las Fuerzas Armadas en las misiones humanitarias y sus conexiones con la política. Para ello, utilizo como fuente y objeto de análisis, periódicos digitales y el material empírico de investigación de campo realizada entre 2018-2020, junto con la bibliografía. Se pretende discutir como la "Misión de Paz" en Haití (2004-2017) y la "Operación Acogida" en Roraima(2018-actual) confluyen y/o se introducen en los objetivos estratégicos de control político de las Fuerzas Armadas. Estas misiones amplían los recursos económicos, sociales y simbólicos de la corporación y de sus agentes, que convertidos en capital político, se expresan en la ocupación de cargos clave por militares integrantes de esas misiones en el actual gobierno y de la ascensión de esos actores a cargos de representación política.*

PALABRAS CLAVE: Misiones Humanitárias. Fuerzas Armadas. Política.

ABSTRACT: *This article contributes to the debate on military involvement in politics, focusing on the key role played by the Armed Forces in “humanitarian missions” and their political connections. Online newspapers and empirical data from fieldwork conducted between 2018 and 2020 are used as source material for the analysis, in dialogue with the literature. The aim is to discuss how the “Peacekeeping Mission” in Haiti (2004 to 2017) and the “Welcome Operation” (Operação Acolhida) in the Brazilian state of Roraima (2018 to present) intersect with and/or are part of the Armed Forces’ strategic objectives for political control. These missions augment the economic, social, and symbolic resources at the disposal of the Forces and their agents, which, once converted into political capital, take the form of the appointment of military personnel from these missions to key positions in the Bolsonaro government and their running for and holding of elected office.*

KEYWORDS: Humanitarian Missions. Armed Forces. Politics.

Introdução

A presença das Forças Armadas (FFAA) na política brasileira remonta a Proclamação da República. Deste então, oito presidentes com passagem pela caserna governaram o país. Três deles eleitos pelo voto e cinco através do regime militar². Após a ditadura, o ativismo militar explícito na fase anterior ganha novos ares. O processo de redemocratização demandou um enfoque mais técnico-profissional dos militares (CARVALHO, 2006), embora nunca tenham se ausentado efetivamente do âmbito político. Na nova conjuntura prevaleceu o jogo de negociações políticas, nem sempre explícito, que favoreciam sobremaneira as FFAA³. Não obstante, quando os interesses da instituição militar são frontalmente contrariados, o espírito de corporação reacende, tornando visível o ativismo político de seus membros (ZAVERRUCHA, 2001; PEREIRA *et al.*, 2022).

Na segunda metade dos anos 2000, durante o mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), do Partido dos Trabalhadores – PT, atores da caserna reaparecem no espaço público protagonizando abertamente episódios de tensionamento e antagonismo político (GUILHERME, 2021, PENIDO *et al.*, 2021).

Apesar deste governo, paradoxalmente, ter sido apontado como o que mais investiu na infraestrutura e reaparelhamento das FFAA, os ganhos adquiridos nos governos do PT (investimentos, reconhecimento e experiência técnico-operacional, especialmente após a inserção do Brasil no âmbito da Missão de Paz no Haiti⁴) se chocaram com a gestão de certos temas e/ou políticas que contrariaram alas da caserna. Questões como, a amazônica, ambiental, de fronteiras, garimpo, demarcação de terras e, de modo particular, o resgate da memória histórica da ditadura (GOMES; SANTOS, 2019; PENIDO *et al.*, 2021).

² Além de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, primeiros presidentes militares. Os militares disputaram eleições presidenciais recorrentemente até 1964. Hermes da Fonseca governou o país entre 1910-1914. O general Eurico Gaspar Dutra governou entre 1946-1950. Getúlio Vargas derrotou o brigadeiro Eduardo Gomes em 1950. General Juarez Távora perdeu a eleição para Juscelino Kubitschek em 1955. Jânio Quadros venceu o marechal Henrique Lott em 1960. Durante os anos da ditadura civil-militar (1964-1985) foram cinco presidentes: Castelo Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo. No período pós ditadura, Jair Messias Bolsonaro foi eleito para o mandato 2018-2022 (WESTIN, 2018).

³ Para Zaverucha (2001) a superioridade orçamentária do Ministério da Defesa no governo FHC, em relação a ministérios ligados à área social (saúde, educação, assistência social e trabalho), dentre outros gastos paradoxais na ausência de ameaças que justifiquem tais investimentos são apenas demonstrações do poder político da instituição militar.

⁴ Guilherme (2021) citando a pesquisa “O Brasil, os Brics e o mundo no século XXI: estratégias nacionais de defesa e desafios geopolíticos em um mundo em transformação”, realizada por João Fábio Bertonha em 2017, assinala que houve uma elevação de 50% do orçamento militar nos governos de esquerda em benefício da infraestrutura e reaparelhamento das forças militares e o dobro de gastos com a corporação no governo Lula.

A insatisfação desses militares ganhou materialidade em uma série de incidentes e manifestações públicas feitas à imprensa e nas redes sociais evidenciando a oposição ao governo. Declarações a favor da Operação Lava Jato e do impeachment de Dilma Rousseff marcaram o início de um período de relevante visibilidade do ativismo político desses atores, que redundou em crescente participação de militares no governo Michel Temer (2016-2018), na mobilização político-eleitoral em torno da candidatura de Jair Messias Bolsonaro e na ampla ocupação de cargo nesse governo (2019-2022).

Chama a atenção o fato de parte significativa dos militares que compuseram a base de sustentação do governo Jair Bolsonaro, e que ocuparam cargos importantes e/ou chave, terem tido passagem por operações humanitárias em um governo avesso ao humanitarismo e aos direitos humanos.

Partindo dessa premissa, o artigo pretende contribuir com o debate sobre a presença militar na política, tentando estabelecer os nexos entre humanitarismo militar e o ativismo político das FFAA com foco nos atores que transitaram da Missão de Paz no Haiti (MINUSTAH) e da *Operação Acolhida* em Roraima, ao governo Jair Bolsonaro. Trata-se, portanto, de estabelecer o nexo entre essas missões humanitárias, uma no estrangeiro e a outra doméstica, com a escalada de poder/influência política das Forças Armadas nas últimas décadas, culminando no governo Bolsonaro.

Para o desenvolvimento deste artigo, a abordagem adotada é a qualitativa, construída com base em informações coletadas através da pesquisa de campo em Roraima entre 2018 e 2020⁵, bem como de informações coletadas através da pesquisa bibliográfica em fontes secundárias diversas: artigos acadêmicos, livros, dissertações, jornais online, dentre outras. O artigo não pretende fazer uma análise exaustiva das missões abordadas, mas apontar a relação entre ambas e suas conexões com a política nacional.

Missão de Paz: humanitarismo militar e a política

Em abril de 2004, através da resolução 1.542, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH). A missão tinha como objetivo atuar no enfrentamento da forte crise de instabilidade político-institucional que resultava em outros graves problemas para a sociedade

⁵ A pesquisa de campo de caráter qualitativo e etnográfico, foi realizada durante o vínculo como pesquisadora pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras e integrante do Grupo Interdisciplinar de Estudos Interdisciplinares sobre Fronteiras (GEIFRON), entre 2018-2020.

haitiana. O Brasil, por meio de iniciativa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, aderiu à missão e as Forças Armadas Brasileiras foram designadas para o comando militar da missão. Em 30 de maio de 2004, a primeira tropa brasileira foi enviada ao Haiti, sob o comando do General Augusto Heleno Ribeiro Pereira (VALLER FILHO, 2007).

Assumir a responsabilidade do comando militar da missão, representou para o Brasil a convergência entre a preocupação em contribuir para a estabilidade do Haiti, questão importante no contexto regional, e consolidar interesses estratégicos; isto é, o de se projetar enquanto poder no cenário internacional, consolidar-se como liderança regional e conquistar um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (BORGES, 2011; VALLER FILHO, 2007; CARVALHO, 2019).

A participação brasileira na missão, representou ainda o alinhamento do governo brasileiro às políticas globais do capitalismo neoliberal que, contraditoriamente, vem desde a década de 1980 combinando a defesa dos direitos humanos a um humanitarismo de cunho militarizado. Com intensa adoção de agentes militares, estratégias, ações e técnicas de securitização (FELDMAN-BIANCO, 2018; PEREIRA *et al.*, 2022).

Borges (2011, p. 80) sugere que essa lógica humanitária se conforma na América Latina a partir da articulação de organismos multilaterais empenhados em repensar o papel dos militares, a modernização das Forças Armadas e a elaboração de uma agenda comum no período pós-ditaduras⁶. E no plano global converge com a mobilização e a defesa de organismos internacionais em torno das intervenções militares, como alternativa para solucionar questões sociais e defender populações de ameaças de violações de direitos, inclusive práticas pelo próprio Estado nacional (PEREIRA *et al.*, 2022)⁷

Nesse sentido, a MINUSTAH, sem dúvida, emerge dessa lógica capitalista neoliberal. E o mandato brasileiro vai representar, então, a convergência entre os interesses nacionais mais

⁶ Preocupação que redundaria em uma série de eventos organizados com esse objetivo e levados a cabo a partir do final da década de 1980, dentre os quais a autora destaca: “Conferência de Ministros de Defesa das Américas (CDMA – 1995); Conferência de Forças Armadas Centro Americanas (CFAC – 1997); Regional Security System (RSS – desde 1996); o Conselho Sul-Americano de Defesa (Unasul – 2008)”. E em 2008 foi criada a Associação Latino-americana de Centros de Preparação para Operações de Paz (Alcopaz), por iniciativa de Argentina, Brasil, Chile, Equador, Guatemala, Peru e Uruguai, com objetivo de preparar pessoal destinado às missões de paz. Este último foi presidido pelo Brasil entre agosto de 2009 a julho de 2010 (BORGES, 2011).

⁷ Os autores argumentam que os organismos internacionais encontraram nos impactos causados pelo fim da Guerra Fria e pela globalização justificativas para defender o humanitarismo militarizado (PEREIRA *et al.*, 2022, p. 85).

⁷ Duas questões são abordadas nesse sentido. A primeira diz respeito a uma operação para captura de um “criminoso” em uma favela em Porto Príncipe, que deixara um saldo de 27 mortos e acusações sobre o uso excessivo de violência pelas tropas brasileira e as denúncias, à posteriori, sobre casos de estupro envolvendo integrantes da tropa brasileira ao longo dos treze anos da presença das Forças Armadas no país (HARARI, 2011; SILVA, 2017; STARGARDTER, 2018; SILVA, 2021).

amplos e certos interesses específicos das FFAA brasileiras, a saber, obter aprimoramento logístico-operacional em uma missão real, se modernizar/atualizar, e melhorar a imagem da corporação associadas às atrocidades cometidas durante a ditadura. Ou seja, buscando “recompôr o poder simbólico perdido com a ditadura” (BORGES, 2011, p. 119).

Análises especializadas sinalizam para uma participação brasileira exitosa na missão. Tanto da ótica da estratégia de política externa, quanto do prestígio angariado pelas FFAA e outras conquistas, tais como: ampliação do orçamento, oportunidade de aprimoramento técnico e de aprendizado de métodos inovadores de intervenção militar oportunizada pela ONU (BORGES, 2011; GOMES; SANTOS, 2019; CASTRO; MARQUES, 2019)⁸.

Nem as polêmicas e controvérsias envolvendo denúncias sobre aspectos da atuação das FFAA brasileira, conseguiram abalar o prestígio adquirido no âmbito das Nações Unidas. Borges (2011, p. 119) assinala que o labor humanitário e a exaltação do soldado herói, formulada especialmente após o terremoto de 2010, foram fundamentais para recuperar a imagem das FFAA desgastada pelos “anos de chumbo”. A MINUSTAH projetaria na população outro olhar sobre os militares e a corporação. Da Missão de Paz emerge “um novo militar” e uma nova “Forças Armadas” não mais associada ao “autoritarismo, a tortura, e os assassinatos praticados durante a ditadura”. Houve, portanto, “uma reconstrução positiva (inclusive junto à mídia) da imagem das forças armadas enquanto provedoras da paz” (PEREIRA *et al.*, 2022, p. 90).

Ao recobrar a credibilidade institucional, as FFAA se municiaram de *capital político*⁹ para exercer influência sobre os acontecimentos nacionais¹⁰. O progressivo e revigorado ativismo político de personalidades das FFAA se dá poucos anos depois de iniciada a missão no Haiti. Parece emblemático que as primeiras polêmicas públicas envolvendo generais da ativa, em oposição ao governo, tenham sido protagonizadas por personalidades que exerceram papel de *Force Commanders* no Haiti¹¹.

⁸ Em entrevista aos comandantes da MINUSTAH, realizada por Castro e Marques, nota-se que há certa unanimidade entre eles sobre os inumeráveis ganhos para as FFAA. Inclusive, o general Santos Cruz enfatiza “O Brasil conseguiu uma boa projeção regional, uma boa projeção dentro da ONU, o prestígio aumentou, mas o grande ganho foi diretamente para as Forças Armadas” (CASTRO; MARQUES, 2019, p. 89).

⁹ No sentido empregado pela sociologia de Pierre Bourdieu em que o acúmulo de certos recursos sociais, dentre eles, o reconhecimento e o prestígio podem municiar os sujeitos de certa autoridade e/ou poder político.

¹⁰ Como, por exemplo, nas declarações públicas a favor da operação *Lava Jato*, no episódio envolvendo as declarações via Twitter do general Villas Bôas, então comandante do Exército, nas vésperas da votação do *habeas corpus* de Lula pelo STF. Declarações concebidas por muitos como “ameaça” e/ou ingerência, e mesmo chantagem. Além de declarações a favor do impeachment de Dilma Rousseff, por agentes da ativa e da reserva, dentre outras formas de ativismo político.

¹¹ O episódio entre o General Augusto Heleno e o governo Lula em 2008 poder ser citado como emblemático neste sentido. Ocorreu no contexto da demarcação da terra indígena Raposa do Sol – RR na época em que o general

Na correlação de forças, o desgaste do governo do PT evidencia a recuperação do *poder simbólico* das FFAA. A materialidade desse poder se expressa na campanha a favor do afastamento de Dilma Rousseff, na ampliação das atribuições da corporação militar no governo Michel Temer, na influência que exerceram sobre seu governo (2016-2018)¹² e na progressiva ocupação de cargos no seu governo¹³. Sobre as influências nas decisões do governo cabe destacar: i) a designação de um militar para o comando do Ministério da defesa, pasta que desde a sua criação vinha sendo ocupada por civis¹⁴; ii) a designação do Ministério da Defesa para o comando da resposta humanitária federal à migração venezuelana em Roraima, contrariando a legislação migratória em vigor.

Durante a breve passagem de Temer na presidência, houve uma série de pressões das FFAA que indicam interferência nas suas decisões, muitas das quais mantidas, apesar de forte crítica, apelos e contestação de especialistas e entidades da sociedade civil.

No entanto, o ativismo político das FFAA se escancara mesmo durante as movimentações para a corrida eleitoral, momento em que declararam apoio à candidatura de Jair Bolsonaro (PSL, na época), participam abertamente da sua campanha eleitoral e, posteriormente, do seu governo¹⁵.

Ao longo dos treze anos em que perdurou a MINUSTAH (2004-2017), o Brasil indicou ao todo onze *force commanders* (comandantes militares) para comandar as tropas multinacionais das Nações Unidas no Haiti. Dentre eles, seis comandantes foram nomeados para cargos centrais no governo Bolsonaro a partir de 2019. Além de outros dois generais e um capitão que ocuparam outros postos na MINUSTAH. Os personagens nesse processo são: os generais que exerceram o comando no Haiti (*force commanders*) como Augusto Heleno (2004-2005), ministro-chefe do GSI (Gabinete de Segurança Institucional); Santos Cruz (2007-2009), ministro da Secretaria de Governo; Floriano Peixoto (Haiti 2009-2010), ocupou o cargo

chefiava o Comando Militar da Amazônia e se recusou enviar efetivos do Exército para auxiliar à Polícia Federal na expulsão de arroteiros (produtores de arroz), invasores das terras indígenas na fronteira do Brasil com a Venezuela e a Guiana Inglesa. Ademais da franca desobediência, o general teria passado a criticar abertamente as políticas indigenistas do governo (MARTINS FILHO, 2019; PENIDO *et al.*, 2021).

¹² Matéria da Folha de São Paulo, publicada em 2018, chama a atenção para o tema <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/03/temer-da-a-militares-controle-sobre-areas-sensiveis-do-governo.shtml>

¹³ De acordo com dados do Tribunal de Contas da União, cerca de 2.765 militares ocuparam cargos no governo Temer. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/numero-de-militares-em-cargos-civis-cresce-e-passa-de-6-mil-no-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

¹⁴ Em janeiro de 2018 foi designado o general Joaquim Silva e Luna para comandar a pasta da Defesa.

¹⁵ Em 2018, quando ainda estava na ativa, o General Luiz Eduardo Ramos, que esteve na Missão de Paz no Haiti, criticou o PT e defendeu a candidatura de Bolsonaro dentro do Comando Militar do Sudeste, em São Paulo.

de ministro da Secretaria-Geral da Presidência e presidência dos Correios; Luís Eduardo Ramos (2011- 2012), Ministro da Casa Civil; Edson Pujol (2013-2014), que exerceu o cargo de comandante do Exército Brasileiro; Ajax Pinheiro (2015-2017), que foi Assessor no STJ (CASTRO; MARQUES, 2019).

Os generais chefes de operações do contingente brasileiro na MINUSTAH que tiveram cargos no governo Bolsonaro são: Fernando Azevedo (2004 a 2005), se tornou ministro da Defesa; Otávio Rêgo Barros, nomeado porta-voz do governo. Além deles, o capitão Tarcísio de Freitas (2005-2006), chefe da seção técnica da Companhia Brasileira de Engenharia de Força de Paz, se tornou Ministro da Infraestrutura no governo Bolsonaro (STARGARDTER, 2018; CASTRO; MARQUES, 2019).

Cabe lembrar ainda que Tarcísio de Freitas, antes de integrar o governo Bolsonaro, ocupou o cargo de Secretário de Coordenação do Programa Reserva de Parcerias de Investimentos (ligado à Presidência da República), no governo Temer (2016-2018). Em 2022 disputou o governo de São Paulo, saiu vitorioso, atualmente ocupa este cargo político.

Operação Acolhida: nexos com a MINUSTAH e os governos Temer-Bolsonaro

Desde o ano de 2017, entidades da sociedade civil preocupadas com o aumento progressivo de migrantes oriundos da Venezuela, que chegavam a Roraima em situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica, passaram a demandar do governo brasileiro uma resposta federal. Mas só após o agravamento da situação migratória ter atingido seu ápice o governo resolveu intervir.

Sendo assim, em fevereiro 2018 Michel Temer editou a medida provisória MP/820¹⁶, concebendo o que viria a ser a resposta humanitária referente àquele processo migratório. Na época, a Polícia Federal estimava a presença de cerca de 40 mil imigrantes venezuelanos vivendo, em sua maioria, em estado de extrema vulnerabilidade econômica e social.

No entanto, o celebrado anúncio da ação federal se converteu imediatamente em preocupação para as entidades que atuavam na ajuda humanitária, pois a decisão do governo Temer de designar o Ministério da Defesa para o comando da resposta humanitária contrariava a legislação migratória sancionada em 2017. Na contramão da legislação que desmilitarizava a

¹⁶ O documento completo sobre a publicação da medida pode ser acessado no endereço eletrônico <https://www.camara.leg.br/noticias/531963-publicada-medida-provisoria-para-atender-venezuelanos-que-migram-para-roraima/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

questão migratória, tirando-a do escopo das Forças Armadas, Michel Temer manteve sua decisão.

Para essas entidades, o presidente desprezou toda luta social travada desde 2013 para consolidar uma legislação na direção dos direitos (SILVA, 2021). Durante as entrevistas que realizei com representantes dessas entidades em Roraima, os interlocutores assinalavam que o caráter emergencial da demanda migratória exigia a necessária colaboração e expertise logística militar¹⁷, mas consideravam a resposta militarizada um retrocesso enorme frente à nova legislação.

Havia muito receio de que as violações de direitos que já eram constantes, inclusive por parte do governo local, se acentuassem diante de um poder arbitrário e possivelmente exercido sob a ótica da criminalização¹⁸. À revelia dessas preocupações, o Ministério da Defesa instituiu em fevereiro de 2018 as duas operações que seriam levadas a cabo no âmbito da migração venezuelana, conforme documenta o próprio exército,

A Operação Acolhida, sob a coordenação da Força-Tarefa Logística Humanitária (FT Log Hum); e a Operação Controle, de responsabilidade da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf SI), cuja finalidade era aumentar a segurança na faixa de fronteira roraimense, intensificando a triagem e controle dos imigrantes, direcionando-os para os centros de acolhimento e auxiliando o processo de interiorização deles no Brasil ou de retorno à Venezuela (RORAIMA, [21--], online).

E para a coordenação operacional da Força-Tarefa Logístico Humanitária (FT Log Hum): *Operação Acolhida* foi nomeado o general de Brigada Eduardo Pazuello. Em março seguinte, a primeira brigada das FFAA deu início a operação em Roraima.

Em abril de 2018, os militares convocaram uma reunião com as entidades, coletivos, organizações não-governamentais, agências internacionais¹⁹ para explicar os objetivos da missão e persuadi-los a se integrarem à *Operação Acolhida*.

Na ocasião, fizeram questão de realçar a disposição das FFAA para atuar em *sinergia*

¹⁷ Se referiam precisamente a preocupação com a quantidade de migrantes que abandonados à própria sorte amargariam o período das chuvas intensas que se aproximavam no estado. Dentre eles muitas mulheres grávidas, crianças pequenas, idosos e enfermos. Diante da percepção da urgência de construir abrigos para protegê-los as entidades diminuíram a resistência e acabaram sucumbindo ao comando dos militares.

¹⁸ Ótica adotada, por exemplo, pelo governo de Roraima que vislumbrava a migração como ameaça. Suely Campos, governadora de Roraima à época, responsabilizava os migrantes pelo aumento da criminalidade, buscando impedir a sua entrada e/ou dificultar a permanência deles no estado. Desde 2016 vinha tentando fechar a fronteira entre Brasil e Venezuela e apoiava a Polícia Federal nas “expulsões” e deportações de “indocumentados”, restringia o uso de serviços públicos para os não nacionais, dentre outras hostilidades (SARMENTO; RODRIGUES, 2020).

¹⁹ Dentre elas a ACNUR (Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), OIM (Organização Internacional para as Migrações) e UNFPA (Fundo de População das Nações Unidas).

com as demais entidades, lançando mão, frequentemente, do argumento da expertise humanitária adquirida na Missão de Paz, para defender a legitimidade do comando da operação diante de entidades civis contrariadas e resistentes. Esta resistência aos poucos foi sendo substituída pela cooperação, pois afinal de contas a vulnerabilidade extrema dos migrantes, reduzidos à situação de mendicância e ameaçados pela violência xenofóbica de indivíduos e instituições, exigiu o empenho urgente de todos os envolvidos (MILESI; COURY; SOUZA, 2018; SARMENTO; RODRIGUES, 2019).

Além disso, os recursos federais destinados à operação estavam concentrados no Ministério da Defesa e administrados pelas FFAA. As Agências Internacionais (Acnur, OIM, UNFPA, UNICEF, dentre outras), que representam o braço do sistema ONU em Roraima, por seu turno, concentravam os recursos internacionais. Sendo assim, o Exército e as Agências acabavam transferindo recursos para que as entidades realizassem as ações numa espécie de terceirização das ações humanitárias (OLIVEIRA; SARMENTO; VALERIO, 2020).

Em pouco tempo as entidades “apolíticas”²⁰ se integraram completamente à Operação Acolhida. Inclusive elogiavam sua presença, associando-a a um sentimento de maior segurança para realizarem o labor humanitário, fazendo referência a um cenário marcado por episódios de xenofobia que respingavam nas próprias entidades²¹.

Mesmo as entidades mais combativas, críticas ao humanitarismo militarizado, também foram estabelecendo parcerias com as FFAA e/ou agências internacionais que financiavam a prestação de “serviço humanitário”. Parcerias firmadas quase sempre sob o compromisso de confidencialidade, fato que limitou bastante a autonomia das organizações no seu posicionamento político diante de situações controvertidas e/ou arbitrarias na operação. E que não têm sido poucas desde o seu início.

Em 2018, o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) ao visitar a *Operação Acolhida* observou uma série de irregularidades sugerindo as devidas correções. Dentre elas, o fato da resposta humanitária estar “sendo executada basicamente pelas Forças Armadas, com insuficiente envolvimento e presença de outras pastas”. Nesse sentido, sua recomendação à Presidência da República e à Casa Civil foi:

Efetivem a presença e o envolvimento nas ações em Roraima de outras pastas para além das Forças Armadas para a prestação de serviços públicos e

²⁰ Termo usado por alguns interlocutores para definir as entidades que representavam.

²¹ Em 2018, por exemplo, foi registrado um caso grave de perseguição, incluindo ameaças de morte a um ativista de direitos humanos que assessorava os migrantes na questão dos seus direitos, bem como invasão e depredação de entidade a qual estava ligado.

atendimento à população em Roraima, tanto local como migrante. Para esta última, a atuação em Roraima deve em especial visar à inserção produtiva e proteção dos direitos do trabalho e políticas públicas de desenvolvimento social.

Após essas recomendações foram feitos alguns ajustes e aumentou o envolvimento dos demais ministérios com a Operação Acolhida, que subordinada à Casa Civil, mas continuou sob o comando do Ministério da Defesa, das Forças Armadas, com destaque para o Exército. É importante ressaltar que a própria Casa Civil, passou para a gestão de um militar em 2020, no governo Bolsonaro.

Desde sua instalação, a Operação Acolhida vem recebendo variados tipos de denúncias, dentre elas a de que migrantes e refugiados abrigados têm sua autonomia cerceada pelo intenso controle e vigilância sobre seus movimentos e comunicação com o mundo externo aos abrigos²². Em agosto de 2021, notícias veiculadas pelos meios de comunicação, informavam sobre a existência de um “cantinho de punição”, de maus-tratos e de agressões aplicadas por agentes do Exército contra migrantes indígenas nos abrigos da operação. Abordavam ainda a existência de uma carta denúncia e da inspeção desses abrigos pela Defensoria Pública da União (DPU) e Ministério Público da União (MPF), que em tese confirmaram as denúncias²³.

Medeiro (2022, s/p), publicou matéria que em entrevista a um migrante indígena, representante do povo da etnia Warao, ele revelou: “não temos liberdade para nos reunir só com nosso povo, com organizações nacionais e internacionais, sem a presença do Exército”²⁴.

Ao longo dos cinco anos da existência da operação, a efetividade do trabalho das FFAA também tem sido questionada. Apesar dos elevados gastos federais destinados ao trabalho humanitário, para além dos recursos internacionais, há pouca visibilidade acerca de seus resultados, especialmente pelos moradores e autoridades de Roraima, que continuam a

²² Durante o trabalho de campo, pesquisadores ligados a grupos de pesquisa da UFRR, foram impedidos de entrevistar migrantes e refugiados abrigados pelas FFAA e ACNUR sob o pretexto que a entrada dos pesquisadores nos abrigos iam gerar constrangimentos e incomodar a privacidade dos imigrantes. Decisão tomada sem que os próprios sujeitos fossem consultados a respeito.

²³ Em 06 de agosto o Repórter Brasil publicou a matéria “Exército cria ‘canto dos maus-tratos’ em abrigos de RR para confinar indígenas venezuelanos alcoolizados” Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2021/08/exercito-cria-canto-dos-maus-tratos-em-abrigos-de-rr-para-confinar-indigenas-venezuelanos-alcoolizados/>. Acesso em: 10 jan. 2022. O G1 publicou no dia 09 do mesmo mês a reportagem: “Defensoria identifica ‘cantinho da vergonha’ para castigar indígenas venezuelanos em abrigo”, Disponível em <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/08/09/defensoria-identifica-cantinho-da-vergonha-para-castigar-indigenas-venezuelanos-em-abrigo.ghtml>. Acesso em: 10 jan. 2022. A Folha-UOL publicou a seguinte notícia, em 30 de agosto de 2021, “MPF reúne denúncias de abusos contra indígenas em abrigo do exército”, Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/08/mpf-reune-denuncias-de-abusos-contraindigenas-em-abrigo-do-exercito-em-rr.shtml>. Acesso em: 10 jan. 2022.

²⁴ A matéria foi publicada no site da Amazonia Real e pode ser consultada na íntegra no endereço eletrônico: <https://amazoniareal.com.br/operacao-acolhida-nao-cumpre-promessa-a-refugiados-venezuelanos/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

conviver com a presença, considerada incômoda, de centenas de migrantes vulnerabilizados nas ruas das cidades de Pacaraima, na fronteira com a Venezuela, e em Boa Vista²⁵. Número que não para de crescer, apesar dos 9 abrigos da operação e dos esforços da FT Log Hum, FFAA e seus parceiros, no processo de interiorização (envio de migrantes a outros estados)²⁶.

Apesar dos paradoxos e denúncias, que colocam em questão a eficácia e o humanitarismo da operação comandada pelas FFAA, tais notícias não chegam a abalar a credibilidade do Exército nem dos militares envolvidos, haja vista o prestígio nacional e internacional das FFAA, reconhecida e laureada pelo modelo de gestão humanitária²⁷.

Nesses cinco anos de atuação da Força Tarefa Humanitária, três generais estiveram no comando: Eduardo Pazuello (2018-2020); Antônio de Manoel Barros (2020-2021) e Sérgio Schwingel (2021-2023). Dentre eles se destaca o general Eduardo Pazuello, com passagem por cargos no governo de Roraima, promovido posteriormente ao Ministério da Saúde por Jair Bolsonaro em 2020, em meio a pandemia de Covid-19²⁸. E no pleito de 2022 ascendeu ao parlamento como o segundo deputado federal mais bem votado pelo Rio de Janeiro. Além do general, a Operação Acolhida alçou ao governo também o Coronel Georges Feres Kanaan (2018-2020), coordenador operacional adjunto da Operação Acolhida, braço direito de

²⁵ A população e políticos de Roraima nutrem muita desconfiança sobre a aplicação e/ou a forma como os recursos federais estão sendo aplicados na operação. Em setembro de 2019, deputado estadual em evento na Assembleia Legislativa – ALERR, sinaliza ter recebido denúncias e assevera: “Estou tomando as providências em relação a cada uma delas. Quero citar, como exemplo, a empresa Overley Containers, que fornece aluguel de container para a Operação, que é a mesma que o general Pazuello comandou no Rio de Janeiro”. Trecho retirado de matéria publicada na página da ALEER. Disponível em: <https://al.rr.leg.br/2019/09/24/jeferson-alves-critica-acao-da-operacao-acolhida-durante-visita-de-ministra-ao-estado/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

²⁶ De acordo com relatório da Cáritas Brasileira em 2022, publicado pelo G1, o número de migrantes venezuelanos vivendo em situação de rua em Roraima chegava a 5.867. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2022/10/27/mais-de-58-mil-venezuelanos-vivem-em-situacao-de-rua-em-boa-vista-aponta-relatorio-da-caritas.ghtml>. Acesso em: 10 jan. 2022.

²⁷ Em 2018 o Exército Brasileiro recebeu o prêmio de direitos humanos pela resposta humanitária à situação venezuelana no âmbito da Operação Acolhida, concedido pelo Ministério dos Direitos Humanos. Em 2020 O reconhecimento internacional pela gestão humanitária da *Operação Acolhida* se materializou na eleição do Brasil para presidir o comitê executivo do Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur). Informações mais detalhadas sobre os fatos mencionados nos seguintes endereços eletrônicos, respectivamente: <https://www.acnur.org/portugues/2018/11/22/agencias-da-onu-e-exercito-brasileiro-recebem-premio-de-direitos-humanos-por-resposta-humanitaria-a-situacao-venezuelana/> . Acesso em: 10 jan. 2022; <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/operacao-acolhida-coloca-o-brasil-na-presidencia-do-comite-executivo-do-comissariado-para-refugiados-da-onu> . Acesso em: 10 jan. 2022.

²⁷ Bolsonaro duplicou as verbas em relação ao governo Temer, matérias sobre o assunto podem ser consultada em: <https://veja.abril.com.br/mundo/governo-libera-r-223-milhoes-para-assistencia-emergencial-a-venezuelanos/> . Acesso em: 10 jan. 2022; https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/04/14/interna_politica,1046253/gastos-do-brasil-com-refugiados-chegam-a-r-265-2-milhoes.shtm. Acesso em: 10 jan. 2022.

²⁸ Matéria sobre a posse do general, especialista em logística, no Ministério da Saúde está disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/09/16/em-ato-no-planalto-pazuello-e-efetivado-e-saude-passa-a-ter-ministro-titular-apos-4-meses.ghtml>. Acesso em: 10 jan. 2022.

Pazuello, que assumiu a Secretaria de Articulação Social, subordinada à Secretaria de Governo (Segov) da Presidência da República²⁹.

Confluências: Missão de Paz, Operação Acolhida e a política

Ao discorrer sobre as duas missões humanitárias mais relevantes a cargo das Forças Armadas Brasileira, o nexos entre ambas e a política nacional vai ficando evidente. As FFAA encontram na MINUSTAH uma excelente oportunidade para recompor sua imagem produzindo simultaneamente *capital político*. O lugar alcançado pelas FFAA no topo da lista de instituições brasileiras mais confiáveis (Cunha *et al.*, 2014), dez anos após o início da MINUSTAH, parece corroborar com essa hipótese.

A entrega da Operação Acolhida às Forças Armadas em 2018 aponta para esse empoderamento. Diante da influência política e credibilidade da instituição militar perante a sociedade, o governo Temer não teve dificuldade para contrariar a legislação migratória garantir-lhes o comando. Na época enfrentou apenas resistências pontuais de entidades e militantes de direitos humanos cuja imagem vinha sendo descredibilizada socialmente no cenário político e social que vinha se desenhando³⁰.

Nesse sentido, a missão em Roraima dá continuidade ao legado conquistado durante a MINUSTAH, salvaguardando a imagem e a credibilidade conquistada. A representação de uma FFAA humanitária empenhada em “salvar vidas”, dentro e fora do país, tem um forte apelo simbólico. Esta é uma representação que se pretende preservar e reproduzir.

O departamento de Comunicação social das FFAA tem sido muito eficiente nesse aspecto. Há um grande investimento na divulgação das ações humanitárias, através dos mais variados canais e meios de comunicação eletrônicos e digitais. Pereira *et al.* (2022), com base no trabalho de Machado (2021), ressaltam o empenho oficial do Exército Brasileiro na produção e divulgação de vídeos e imagens da Operação Acolhida. E apontam para a relação explícita entre a divulgação desse material e “o objetivo explícito da instituição militar em se apresentar como condutora legítima da gestão humanitária” (PEREIRA *et al.*, 2022, p. 99)³¹.

²⁹ Nomeação publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 03/09/2020. O documento pode ser consultado através do endereço: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decretos-de-2-de-setembro-de-2020-275667020>. Acesso em: 10 jan. 2022.

³⁰ Isto é, de ascensão de ideologias de extrema-direita, da defesa dos valores ditos “tradicionais”, dentre eles o de “pátria” e “família” amplamente associados ao ente militar.

³¹ Em muitos momentos da pesquisa em Roraima ouvi queixas de entidades da sociedade civil envolvida na Operação Acolhida a respeito de como as FFAA colocavam o foco nessas propagandas a respeito de si mesmas.

A notabilização dos militares nesses diferentes meios concorrem também para contrabalançar as notícias e/ou denúncias que apareceram no decorrer dessas missões, minimizando, portanto, seu impacto no prestígio das FFAA. Stargardter, referindo-se à MINUSTAH, assinalou que tocar nas denúncias irrita os militares que preferem falar do “sucesso” da operação (STARGARDTER, 2018).

A instituição militar tem contado ainda com muitos apoiadores e aliados na sociedade civil que divulgam e enaltecem as operações e o papel dos militares, endossando também seu ativismo político. No início de 2020, por exemplo, a rede Record publicou uma série de reportagens sobre refugiados, com cinco episódios exibidos durante o programa Balanço Geral RJ, que além de abordar o drama migratório dessas pessoas em direção ao Brasil, enaltecia o papel das Forças Armadas nessa missão humanitária em solo nacional³². Em agosto de 2022, ano eleitoral, a TV Brasil, rede pública, veiculou reportagem sobre os dramas de migrantes e refugiados, mostrando de forma sutil militares da operação atuando em diferentes situações do acolhimento aos migrantes venezuelanos³³.

A rádio Jovem Pan desde 2019 tem publicado, periodicamente, notícias sobre a Operação Acolhida. No seu canal de notícias intitulado “Os pingos nos Is” em 17 de janeiro de 2022, o conhecido jornalista Alexandre Garcia assinala que “a Operação Acolhida para venezuelanos merece Nobel da Paz”, enfatizando que “o Brasil salva vidas do socialismo do Maduro”³⁴. A Leda Nagle, no seu canal do Youtube, em agosto de 2022, publicou entrevista com Eduardo Pazuello, na época candidato a deputado, em que discutem entre outros temas, o importante papel exercido pelo general na Operação Acolhida³⁵.

Ao colocar a Missão de Paz e a Operação Acolhida em perspectiva, ainda que brevemente, nota-se que as Forças Armadas saíram fortalecidas politicamente dessas missões

silenciando ou minimizando o trabalho das organizações que, segundo meus interlocutores, eram quem colocavam de fato a “mão na massa”.

³² Referência sobre a reportagem pode ser acessada no site da própria emissora. Disponível em: <https://recordtv.r7.com/recordtv-emissoras/sudeste/record-tv-rio/serie-de-reportagens-sobre-refugiados-garante-crescimento-de-audiencia-29062022>. Acesso em: 10 jan. 2022.

³³ A reportagem com forte apelo humanitário e duração de 26:59 min. veiculada pela TV Brasil e pelos canais online da emissora pública em maio de 2022, foi reprisada novamente em junho. A matéria sob o título “Caminhos da Reportagem | Os venezuelanos no Brasil”, pode ser acessada em vídeo disponibilizado na plataforma Youtube em <https://www.youtube.com/watch?v=RcBsuWEBixo>. Acesso em: 10 jan. 2022. Este vídeo contou com 111.643 visualizações.

³⁴ O vídeo pode ser acessado em <https://jovempan.com.br/videos/programas/os-pingos-nos-is/alexandre-garcia-operacao-acolhida-para-venezuelanos-mercede-nobel-da-paz.html>. Acesso em: 10 jan. 2022.

³⁵ É importante lembrar que o Eduardo Pazuello, agora general da reserva, ainda na ativa protagonizou abertamente episódios de militância política, participando das chamadas *motociatas* e subindo em palanque com o então ex-presidente Jair Bolsonaro que buscava a reeleição. Comportamento este interdito aos militares da ativa pelo Estatuto dos Militares e pelo Regulamento Disciplinar do Exército, que os proíbe de participarem de manifestações coletivas de caráter político.

e encorajadas a exercerem maior protagonismo político em âmbito nacional. A quantidade de militares da caserna que se declararam antagonistas aos partidos de esquerda, especialmente ao PT, que formaram quadros no governo Temer, participaram ativamente no governo Bolsonaro e que vem ingressando na carreira política parece sintomático.

Re[ações], visibilidades e nexos entre militares e a política

O processo de redemocratização brasileira, conquistado através das lutas político-sociais que debilitaram o regime militar, forçou as Forças Armadas a adotarem um enfoque mais técnico-profissional do que político (CARVALHO, 2005). No entanto, como sinaliza Rodrigues e Janot (2020, p. 92), com base numa literatura especializada, é preciso entender que a profissionalização das FFAA não anula politicamente, mas, sim, produz um sentimento coeso de pertencimento ao Estado que pode concorrer para múltiplas formas de intervenção, “desde negociações e chantagens com grupos políticos à tomada de gabinetes civis e golpes”.

Zaverucha (2001) argumenta que o recolhimento dos militares aos quartéis após o restabelecimento da democracia é um mito que não encontra respaldo na realidade. Para o autor, houve continuidade da participação castrense na política brasileira. O que haveria mudado foi apenas a forma como se deu essa interferência “sem o ônus de ser governo, mas com bônus de ser poder” (p. 33). Dessa ótica, o recuo político das FFAA é falso, a impressão de sua veracidade decorre da instauração de uma democracia conservadora que anula as motivações para tentativas de golpes. No entanto, a estabilidade da nossa democracia, leia-se subordinação militar, depende do grau de conformidade do governo com os interesses castrenses.

Partindo dessa leitura, episódios de insubordinação de militares durante o governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) e a articulação política deflagrada abertamente contra o governo Dilma Rousseff, após a instauração da Comissão Nacional da Verdade em 2011, vai ganhando ainda mais inteligibilidade (GUILHERME, 2021). O episódio Raposa do Sol envolvendo o *ex force commander* da MINUSTAH, Augusto Heleno, em 2008, soma-se, portanto, a outros eventos que marcaria, a partir de então, um conjunto de [re]ações que pouco a pouco vão configurando “uma marcha silenciosa” dos militares rumo ao poder (PENIDO; JANOT; RODRIGUES, 2021)³⁶.

³⁶ Os autores reconstituem um conjunto de acontecimentos e a consequente reação dos militares, que em ordem cronológica começando em 2005, mostra a movimentação desses atores até o golpe que resultou no impeachment de Dilma Rousseff em 2016.

O posicionamento do referido general não foi uma posição isolada, convergiu com o de outros militares com passagem ou não nas missões humanitárias. As insubordinações foram se radicalizando na medida em que as políticas dos governos de esquerda contrariavam os interesses e/ou “ameaçavam” o prestígio da corporação e de seus agentes. Militares passaram a se manifestar publicamente contra as políticas do governo e foram se posicionando politicamente, assim como o próprio Augusto Heleno, que se tornou um dos principais articuladores da candidatura de Jair Bolsonaro (MARTINS FILHO, 2019).

A elite militar, receosa de que a CNV ressuscitasse fatos da ditadura que pretendiam esquecer e sepultar, passou a expressar essa incomodidade amplificando as críticas ao governo e desmerecendo a comissão (GUILHERME, 2021)³⁷. É então no contexto das negociações em torno da instalação da CNV que Jair Bolsonaro, na época deputado federal, conseguiu se reaproximar da caserna e estabelecer conexões e o aval que possibilitou se destacar como candidato à presidência³⁸.

Enquanto no plano nacional um grupo de militares das Forças Armadas se articulavam para eleger Bolsonaro, o estado de Roraima enfrentava uma crise humanitária em decorrência da indiferença e hostilidade das autoridades locais para lidar com questão migratória. O agravamento da crise estadual, levou o presidente Michel Temer a afastar a governadora Suely Campos (MDB) em dezembro de 2018.

Na sequência nomeou Antonio Oliverio Garcia de Almeida (PSL)³⁹ como interventor estadual, político eleito a governador do estado em outubro do mesmo ano. O interventor, imediatamente, nomeou o general da Operação Acolhida, Eduardo Pazuello, Secretário de Estado da Fazenda e de Planejamento e Desenvolvimento de Roraima⁴⁰. E apesar de ter alcançado popularidade eleitoral numa campanha marcada pelo discurso anti-migração, ao tomar posse como governador estabeleceu vínculos de cooperação com a Operação Acolhida, praticamente inexistentes no governo anterior, surpreendendo alguns representantes de entidades envolvidas na resposta humanitária.

³⁷O autor chama atenção ainda para o fato dos jornais alinhados aos militares terem no período da campanha eleitoral que marcou a sucessão do presidente Lula por Dilma Rousseff, tentado associar a presidente a uma imagem negativa como ex-guerrilheira e de dar espaço e voz para os militares descontentes *a posteriori*.

³⁸ Guilherme (2021) ressalta duas situações em específico em que o posicionamento de Bolsonaro que contribuiu com a aproximação de Bolsonaro com as FFAA. A primeira foi sua tentativa de aprovação de uma emenda parlamentar, em 2011, que permitiria aos militares se recusarem a prestar depoimentos à Comissão da Verdade. A segunda foi a cena protagonizada por ele na votação do impeachment em que exaltou às FFAA, o Exército, além do torturador de Dilma Rousseff.

³⁹ Conhecido popularmente como Denarium e apoiador de Jair Bolsonaro, o interventor tinha vencido as eleições em outubro daquele ano para o cargo de governador do estado.

⁴⁰ Nomeações publicadas no Diário Oficial do Estado de Roraima, de 10 de dezembro de 2018.

Além disso, a própria continuidade da Operação Acolhida no governo Jair Bolsonaro surpreendeu alguns ativistas. A posição político-ideológica do presidente eleito em 2018, ia na contramão do humanitarismo e dos direitos humanos, o que resultou em prognósticos acerca do encerramento da operação. Mas contradizendo essas previsões, Jair Bolsonaro fortaleceu a Operação Acolhida, aumentando as verbas federais e elogiando o ente militar da operação⁴¹. Como mencionado anteriormente, dois anos depois promoveu o seu comandante ao Ministério da Saúde, general que foi um firme apoiador do seu governo e de sua campanha eleitoral em 2022, subvertendo impunemente os regulamentos militares.

Considerações finais

Após a eleição de Jair Bolsonaro pelo voto popular em 2018, muitos têm se perguntado como um personagem que pertenceu ao chamado “baixo clero” na hierarquia militar, marginalizado pelo próprio comportamento no período em que esteve na ativa, que, portanto, representa a antítese da ordem e de outros valores morais que costumam ser associados à caserna, conseguiu o apoio de militares do alto escalão das FFAA para pleitear a presidência do país.

A resposta à questão é muito simples, como aponta a literatura especializada, o otimismo exagerado em relação à democracia brasileira produziu análises enviesadas sobre a participação dos militares na política, levando-nos a ignorar as múltiplas formas subterrâneas e/ou sutis de ativismo que testemunham o fato crucial: os militares nunca estiveram alheios à política (ZAVERRUCHA, 2001; BORGES, 2011; LEIRNER, 2020; PEREIRA *et al.*, 2022). Nesse sentido, a figura do deputado Jair Bolsonaro e sua forma de militância convergiu perfeitamente com os interesses políticos da caserna.

Bastou as pautas dos governos de esquerda “ameaçarem” os interesses da corporação, o poder, o prestígio e a reputação moral recomposta pelo viés do humanitarismo, para que as FFAA se mobilizassem estrategicamente contra o governo (ZAVERRUCHA, 2001; LEIRNER, 2020). Para tanto, converteram ditadura em humanismo, atribuíam ao governo do PT a instabilidade social e política do país, além de retomarem a bandeira do anticomunismo e a

⁴¹ Bolsonaro duplica as verbas em relação ao governo Temer, matérias sobre o assunto podem ser consultada em Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/governo-libera-r-223-milhoes-para-assistencia-emergencial-a-venezuelanos/>. Acesso em: 10 jan. 2022; Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/04/14/interna_politica,1046253/gastos-do-brasil-com-refugiados-chegam-a-r-265-2-milhoes.shtm. Acesso em: 10 jan. 2022.

ideia do “inimigo externo”, mobilizada na década de 1960, convertendo-a em “antipetismo”, o “inimigo interno” para legitimar o “intervencionismo” frente à sociedade (LEIRNER, 2020).

Há um consenso entre os analistas desse momento brasileiro, de que a Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi o estopim para que as FFAA deixassem as negociações políticas de bastidores e ocupar o centro da disputa política e de narrativas em oposição ao governo PT. A possibilidade de abrir a “caixa-preta” da ditadura suscitaria o espírito de corporação aproximando Jair Bolsonaro e atores da caserna, que viriam avalizar e dar sustentação à sua candidatura e governo (MARTINS FILHO, 2019; LEIRNER, 2020; GUILHERME, 2021, PENIDO *et al.*, 2021).

Ao propor investigar as violações daquele período sombrio da história nacional – crimes cometidos na ditadura militar, Dilma Rousseff teria quebrado o “pacto político” de silêncio, rompido com o consenso tácito que garantia uma “memória oficial de esquecimento ao período dos militares no poder” desde a anistia de 1979 (GUILHERME, 2021, p. 48)⁴².

Ao ousar sugerir a abertura das “caixas pretas” da ditadura, o governo contraria os diferentes atores do meio militar, que concebiam essa tentativa como “revanchismo”, “desforra” e/ou “vingança” de “esquerdistas transloucados” (LEIRNER, 2020; GUILHERME, 2021). Em torno dessa “ameaça interna comum” os militares se organizaram, “prepararam o terreno” e afiançaram a articulação de atores como: o Judiciário, na operação Lava Jato (LEIRNER, 2020, p. 31) e a mídia, esta que amplificou a influência política dos militares (MARTINS FILHO, 2019; LEIRNER, 2020; GUILHERME, 2021).

O *pacto de silêncio* vinha sendo fundamental para fomentar e/ou manter a representação da corporação militar como instituição prestigiosa no imaginário social. Nesse sentido, a publicização da violência cometida na ditadura se converte em um fantasma que precisa ser exorcizado. As revelações sobre esse período sombrio, dentre outras questões, evidenciara a cultura da impunidade e da tolerância com as violações encarnada na anistia de 1979.

Cultura da impunidade que se materializa no silenciamento sobre as denúncias de violações das tropas Brasileiras na MINUSTAH, no silenciamento sobre as denúncias de violações e maus-tratos que vêm ocorrendo no interior da *Operação Acolhida*. E que encontra ressonância em declarações como a do então comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, que em reunião para tratar da intervenção militar no Rio, durante o governo Temer “disse ser necessário dar aos militares ‘garantia para agir sem o risco de surgir uma nova Comissão da Verdade’

⁴² O autor cita o forte descontentamento nas Forças Armadas com um governo que pela primeira vez exige a abertura dos arquivos militares nunca exigidos.

no futuro” (LOBO, 2018)⁴³.

Garantia que a *Operação Acolhida* parecia gozar plenamente através do seu alinhamento visceral com o governo Bolsonaro entre 2019-2022 e os nexos políticos que produzidos por essa relação.

Ao tentar estabelecer a conexão entre a MINUSTAH, a *Operação acolhida*, os militares nelas engajados e a política, o artigo não pretende esgotar o assunto, mas estimular o debate e futuras reflexões que contribuam para a compreensão das diferentes formas de inserção e de construção de *capital político*, por atores das Forças Armadas, em outras frentes nem sempre explícitas, como é o caso das missões humanitárias.

REFERÊNCIAS

BORGES, E. **A Missão de paz no Haiti (MINUSTAH) e a reconstrução da imagem do exército brasileiro pós-redemocratização**. 2011. 146 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual Fluminense, Goytacazes, RJ, 2011.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/Difel, 1989.

BRASIL. Publicada medida provisória para atender venezuelanos que migram para Roraima. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, 16 fev. 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/531963-publicada-medida-provisoria-para-atender-venezuelanos-que-migram-para-roraima/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

CARVALHO, J. M. de. **Forças Armadas e política no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CARVALHO, J. M. de. O Brasil e as operações de paz antes da MINUSTAH. *In*: BRAGA, C. C. V.; FERREIRA, A. C. (org.). **13 anos do Brasil na MINUSTAH: lições aprendidas e novas perspectivas**. Rio de Janeiro: Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo, 2019. cap. 1, p. 17-23.

CASTRO, C.; MARQUES, A. **Missão Haiti: a visão dos force commanders**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019. 248 p.

CUNHA, L. G. *et al.* Índice de confiança na justiça. **Relatório do Ano 6** (1º trimestre/2014 ao 4º trimestre/2014). Rio de Janeiro: FGV, 2014. Disponível em <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/14089/Relat%c3%b3rio%20ICJ%20-%20ano%206.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 jun. 2023.

⁴³ General que se tornou grande apoiador e figura importante no governo Bolsonaro, Assessor no Gabinete de Segurança Institucional até 2022.

FELDMAN-BIANCO, B. O Brasil frente ao regime global do controle das migrações: direitos humanos, securitização e violências. **Travessia – Revista do Migrante**, v. XXXI, n. 83, p. 11-36, 2018.

GOMES, M. S.; SANTOS, V. Primeiro a ordem, depois o progresso: os limites das pacificações no Haiti e no Rio de Janeiro. In: BRAGA, C. C. V.; FERREIRA, A. C. (org.). **13 anos do Brasil na MINUSTAH: lições aprendidas e novas perspectivas**. Rio de Janeiro: Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo, 2019. cap. 12, p. 138-142.

GUILHERME, C. A. A Comissão Nacional da Verdade e as crises com os militares no governo Dilma Rousseff (2011). **Revista História em Reflexão**. v. 15, n. 29, p. 45-52, 2021.

HARARI, I. MINUSTAH caminha para o oitavo ano de invasão e abusos: Missões de paz em país caribenho encobrem política neo-colonizadora. **Jornal Laboratório do Curso de Jornalismo**, São Paulo, 2011.

LEIRNER, P. C. **O Brasil no espectro de uma guerra híbrida: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2020.

LOBO, C. Militares precisam ter garantia para agir sem o risco de surgir uma nova Comissão da Verdade', diz comandante do Exército. **G1**, 19 fev. 2018. Política. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/blog/cristiana-lobo/post/general-vilas-boas-militares-precisam-ter-garantia-para-agir-sem-o-risco-de-surgir-uma-nova-comissao-da-verdade.ghtml>. Acesso em: 10 jun. 2023.

MACHADO, V. F. Análise do “Normatizar” da crise venezuelana no Brasil e sua relação com a política discursiva da Operação Acolhida. **Revista Cadernos de Campo**, n. 30, p. 31-67, 2021.

MARTINS FILHO, J. R. Ordem desunida: militares e a política no governo Bolsonaro. **Perseu**, ano 13, n. 18, p. 167-193, 2019.

MILESI, R; COURY, P; SOUZA, J. R. Migração venezuelana ao Brasil: discurso político e xenofobia no contexto atual. **AEDOS**, Porto Alegre, v. 10, n. 22, p. 53-70, 2018.

OLIVEIRA, M.; SARMENTO, G.; VALERIO, J. Perfil Migratório Venezuelano e Demandas por Políticas Públicas em Boa Vista. In: OLIVEIRA, M.; SANTOS, M. G. (org.). **Interfaces da Mobilidade Humana na Fronteira Amazônica**. Boa Vista: Ed. UFRR, 2020.

PENIDO, A.; JANOT, M.; RODRIGUES, J. Os militares e o golpe de 2016. **A Terra é Redonda**, 2 abr. 2021. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/os-militares-e-o-golpe-de-2016/#_ednref6. Acesso em: 3 out. 2022.

PEREIRA, D. M.; JANOT, M.; FREIXO, A. Humanitarismo como ativismo político militar brasileiro. **Tensões Mundiais**, v. 18, n. 37, p. 81-106, 2022.

RODRIGUES, J.; JANOT, M. Documentos de Defesa e Autonomia Política: entraves para o controle civil. **Revista Política Hoje**, v. 29, n. 1, 2020.

RORAIMA. Participação da 1ª Brigada de Infantaria de Selva na Operação Acolhida.

Boa Vista: Exército Brasileiro, [21--]. Disponível em:

https://1bdainfsl.eb.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=470:010_participacao_op_acolhida&catid=59&Itemid=485#:~:text=A%201%C2%AA%20Bda%20Inf%20Sl%20se%20orgulha%20de%20ter%20iniciado,a1%C3%A9m%20de%20garantir%20o%20s%C3%B3lido. Acesso em: 10 jun. 2020.

SÁ, I. C. de. Os abusos sexuais cometidos pela MINUSTAH. São Paulo: PET Relações

Internacionais PUC-SP, 2016. Disponível em: <https://petripuc.wordpress.com/2016/08/10/os-abusos-sexuais-cometidos-pela-minustah/>. Acesso: 3 out. 2022.

SARMENTO, G. G.S.; RODRIGUES, F. Entre a acolhida e o Rechaço: breves notas sobre o rechaço e o paradoxo da migração venezuelana no Brasil. *In*: BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. (org.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de Populações Elza Berquó, NEPO/Unicamp, 2018. p. 242-249.

SARMENTO, G. G.S.; RODRIGUES, F. Entre a emergência e os limites do acolhimento: atores, protagonismos e contradições. *In*: OLIVEIRA, M.; DIAS, M. das G. S. (org.).

Coletânea Interfaces da Mobilidade Humana na Fronteira Amazônica. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020. v. 2.

SILVA, R. C. **O perigo de uma história única: O Brasil como Liderança em MINUSTAH e as denúncias de violação de violação dos direitos humanos (20042014)**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Direito) – Centro Universitário de Várzea Grande, Várzea Grande, MT, 2021.

SILVA, V. M. Estupros, cólera e 30 mil mortos s: conheça o legado da MINUSTAH no Haiti.

Brasil de Fato, São Paulo, 1 set. 2017. Internacional. Disponível em

<https://www.brasildefato.com.br/2017/09/01/estupros-colera-e-30-mil-mortos-conheca-o-legado-da-minustah-no-haiti>. Acesso: 3 out. 2022.

STARGARDTER, G. General Augusto Heleno, futuro ministro, liderou missão polêmica no

Haiti. **Exame**, 29 nov. 2018. <https://exame.com/brasil/general-augusto-heleno-futuro-ministro-liderou-missao-polemica-no-haiti/>. Acesso: 3 out. 2022.

VALLER FILHO, W. **O Brasil e a crise haitiana: a cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática**. Brasília, DF: FUNAG, 2007.

WESTIN, R. **Antes de Bolsonaro, Brasil teve 2 presidentes militares eleitos nas urnas**.

Senado Notícias, Brasília, 5 nov. 2018. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/brasil-ja-teve-2-presidentes-militares-eleitos-nas-urnas/brasil-ja-teve-2-presidentes-militares-eleitos-nas-urnas>. Acesso em: 3 out. 2022.

ZAVERUCHA, J. Militares e participação política no Brasil do final do séc. XX e início do séc. XXI. **REVISTA USP**, São Paulo, n. 49, p. 30-39, mar. 2001.

CRediT Author Statement

Reconhecimentos: Não aplicável.

Financiamento: A pesquisa de campo, desenvolvida entre 2018-2020, foi realizada com bolsa CAPES.

Conflitos de interesse: Não há conflitos de interesse.

Aprovação ética: Não passou por comitê de Ética. Resulta de reflexões realizadas a partir do diálogo entre as informações e observações de campo, realizadas durante a pesquisa no pós-doutorado entre 2018-2010, e da pesquisa bibliográfica realizada em fontes diversas.

Disponibilidade de dados e material: Os dados e materiais usados como referência para o artigo, relacionados à pesquisa bibliografia estão indicados na bibliografia e relativos à pesquisa de campo constam no Relatório da Pesquisa entregue ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da UFRR.

Contribuições dos autores: Autoria única.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.

